

Como a democracia em Weimar morreu: antirrepublicanismo e corrosão da democracia na Alemanha e a ascensão do Nazismo

Karina Fonseca Soares Rezende*

Resumo

O presente artigo pretende perceber como os discursos e práticas políticas antirrepublicanas e antidemocráticas na Alemanha ao longo da República de Weimar (1919-1933) foram fundamentais para a derrocada do regime e a ascensão de forças autoritárias. Será observado como o processo de descrédito e desmoralização política das instituições republicanas tornaram possível a consolidação do nazismo e a emergência de elementos totalitários no campo político institucional e entre figuras políticas tradicionais. Para tal, a obra *Como as Democracias Morrem* (2018) será um importante meio de pensar categorias de análise e os passos que levaram a primeira república da Alemanha a ruir.

Palavras-chave: República de Weimar; nazismo; democracia.

Abstract

The present article intends to study how political discourses and actions against the republic and democracy in Germany over the Weimar Republic (1919-1933) were essential for the regime collapse and the increase of authoritarianism. It will be shown how the demoralization process of Republican institutions made Nazism and the emergency of totalitarian character in institutional policy and among traditional politicians possible. For such, the book *How Democracies Die* will be an important way to think categories of analysis and the steps which made the first German Republic felt.

Keywords: Weimar republic, Nazism, democracy.

*Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018), é mestranda na linha de História e Culturas políticas no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (PPGH-UFMG) com pesquisa sobre os sermões do pastor luterano Dietrich Bonhoeffer. É fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Autoritarismo e Totalitarismo da UFMG (NEPAT-UFMG). Seu foco de pesquisa centra-se nas relações entre religião e política na Alemanha Nazista, pensando formas de contestação e legitimação do totalitarismo a partir do discurso religioso. Tem como principais áreas de interesse a História das Religiões, História da Teologia, História do protestantismo, República de Weimar, Alemanha Nazista, resistência religiosa, totalitarismo e história do século XX. E-mail: kaa.rezende@gmail.com.

A República de Weimar passou a ser compreendida tanto no imaginário popular quanto das pesquisas sobre o tema como um exemplo de instabilidade. Em alguns livros didáticos aparece como “pé de página” da ascensão do nazismo, sendo pouco – ou quase nada - dito sobre como foi, justamente neste período, que elementos de repulsa a democracia e à república foram gestados. Para perguntarmos como a ascensão do nazismo foi possível parece-me interessante questionar também por qual motivo o período republicano alemão só foi possível por tão pouco tempo e de maneira tão incerta. Por que a democracia alemã ruiu? Por que a República e os valores republicanos foram tão rejeitados? A aposta no nazismo como alternativa e a crescente confiança da população em uma alternativa autoritária de direita é um alerta para todos os regimes democráticos até hoje. É um sussurro de “é possível”. É possível que repúblicas democráticas gestem, em seu interior, elementos autoritários e, até mesmo, totalitários. É possível que escolham isso.

Saber como é possível surgirem ditaduras a partir das próprias limitações da democracia também é necessário, como nos alerta Alexis de Tocqueville (TOCQUEVILLE, 2004, p.388). Um indivíduo pode democraticamente concentrar-se em si – e naqueles que parecem consigo - e nos seus próprios interesses, mantendo-se alheio às questões que são comuns à sociedade. A preocupação com os próprios interesses e a desvalorização da pluralidade e do bem comum é possível em uma *democracia que não é republicana*. O republicanismo, pois, é elemento essencial por introjetar no regime democrático a ideia de igualdade na diferença.

Mas o mais assustador é questionar: como é possível que as “correntes subterrâneas totalitárias” floresçam em uma república democrática e se cristalizem no totalitarismo? Este é o ponto chave de discussão deste artigo. A proposta é observar como os diversos discursos e práticas políticas ao longo da década de 1920 prepararam um terreno antirrepublicano e antidemocrático na Alemanha, pavimentando o caminho para a institucionalização e estabelecimento do totalitarismo no país. Momentos imediatos à ascensão do nazismo como o incêndio do *Reichstag* e o fechamento dos partidos são marcos iniciais da ditadura nazistas. No entanto, o autoritarismo, a intolerância, o antirepublicanismo e o discurso antidemocrático assolavam Weimar a tempos. Observar os passos que possibilitaram a consolidação do nazismo e a emergência de elementos totalitários na República de Weimar é atentar para a corrosão interna que a democracia pode sofrer a partir de suas próprias instituições assim como observar de que maneira se dá a deslegitimação da república e dos valores republicanos por figuras e grupos autoritários.

A instável República de Weimar

É da incerteza que nasceu a República de Weimar. A queda do Reich alemão trazia a dúvida: O que seria politicamente da Alemanha que havia experienciado desde sua unificação apenas a forma de organização política monárquica? Surgiu, então, a primeira experiência republicana alemã. Iniciou com o líder dos sociais-democratas Phillip Scheideman em 1918 e

teve seu fim com a ascensão de Adolf Hitler como chanceler em 1933. Organizada como uma forma de governo democrática e liberal, tinha como fundamento um sistema parlamentarista onde os parlamentares eram eleitos a partir de uma representação proporcional dos partidos. A jovem República é, em geral, dividida no par crise-estabilidade. Entre 1919 a 1924 a Alemanha sofria especialmente com a *Schuldfrage* – a exclusividade da culpa alemã na Grande Guerra – e as diversas sanções territoriais e financeiras impostas com o fim da Primeira Guerra. Pensar a ascensão do Nacional-Socialismo na Alemanha requer pensarmos o papel que a guerra desempenhou no imaginário popular. Como afirma Maria Helena Capelato, “se o nazismo foi um produto da guerra [...] foi também produtor de outra guerra, gestada nos primórdios do movimento hitlerista” (1995, p. 84). Compreender a guerra como construtor e construto do regime é uma forma de situá-lo como uma representação das tensões políticas europeias na primeira metade do século XX.

A insatisfação popular e o questionamento sobre a legitimidade da república se fazem presente desde sua fundação e serão discutidas posteriormente. No entanto, é importante sinalizar que os conflitos e descréditos da República não foram os mesmos durante todos os seus anos de existência. Entre os anos de 1924 e 1929, há uma estabilidade significativa no país, especialmente na área econômica. Os esforços para uma negociação da reparação da guerra têm resultados na elaboração e adoção do Plano Dawes. Os sinais de recuperação, no entanto, coexistiram com o crescimento das forças antirrepublicanas dentro do próprio *Reichstag*, o parlamento alemão. A última fase, de 1929 a 1933, é um período de extrema crise econômica dada a quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos e a grande dependência alemã, através do Plano Dawes, dos norte-americanos. A Alemanha foi um dos países mais afetados pela crise fora da Alemanha. O principal setor afetado foram as indústrias que, no período de 1927 a 1931, tiveram uma queda de 61% nas ações e o índice de falência alcançou 42% (ABREU, 2015). Além do quadro econômico caótico, havia a ascensão meteórica de grupos e figuras de extrema direita. Há, no final do período, a exclusão do parlamento, pilar da democracia e da República alemã para que, com isto, ambas ruíssem.

A Assembleia Constituinte de 1919 foi um marco tanto para a elaboração da constituição de 31 de julho de 1919 da nova República como para a escolha da nova forma de governo e as lideranças responsáveis pela condução do país nos anos seguintes. A constituição dava sequência a muitos elementos já presentes na constituição estabelecida por Bismark décadas antes tendo como ponto de desvio a substituição da figura do *Kaiser* por um presidente que deveria ser escolhido democraticamente pelo povo alemão. Seu poder era limitado pelo parlamento, mas possuía, também, poderes que poderiam ser exercidos – e foram ao longo da década de 1920 – de forma autoritária. O presidente da República tinha como atributos a indicação de um governo, tendo o primeiro ministro como ponto principal para seu estabelecimento e tinha poder para dissolver o parlamento e convocar novas eleições podendo, também, governar por decreto.

O grande pilar institucional da República de Weimar é o *Reichstag*, o legislativo nacional. O parlamento era um espaço onde o povo, homens e mulheres, elegiam de forma direta seus representantes. Uma característica importante do *Reichstag* era que os votos se destinavam aos partidos e cada um destes tinham cadeiras exatamente correspondentes ao número de votos que recebiam. Tal forma de organização do parlamento viabilizou, no entanto, constantes trocas de governo ao longo de toda a República de Weimar. Só a título de exemplificação, entre a promulgação da Constituição de Weimar e a posse de Adolf Hitler existiram 20 gabinetes distintos nos 12 anos de Weimar. A fragilidade do governo, inclusive no que diz respeito a força de ação do parlamento, fez com que durante quase todo o período da República alianças políticas se formassem para um governo de coalizão.

A organização política dos partidos que compunham o *Reichstag* ao longo da República de Weimar tem sido categorizada pelos estudiosos do tema de diferentes maneiras. Em *República de Weimar, suas crises e o Nazismo como alternativa*, Luís Edmundo de Souza Moraes traz diferentes categorizações do sistema político alemão no período e uma importante reflexão sobre como a organização política institucional favoreceu grupos como o Partido Nacional-Socialista no final da década de 1920. É possível dividi-los em esquerda, onde estariam o Social-Democrata (SPD) e os comunistas (KDP); campo Católico – o partido *Zentrum* e o Partido Popular Bávaro e o campo Burguês-Protestante, onde se enquadram todos os outros partidos. É possível, também, dividi-los entre os partidos republicanos ou favoráveis a Weimar como o Social-Democrata, o *Zentrum* e o Partido Democrático Alemão (DPP) – a “grande coalizão” de Weimar - e os partidos antirrepublicanos à esquerda, especialmente partidos menores, e à direita em partidos monarquistas como o Partido Popular Nacional-Alemão e os partidos de extrema direita como o Partido da Liberdade Völkisch-Alemã (DVFP) e o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), o partido nazista (MORAES, 2018, p. 115). É importante pontuar, no entanto, que tais divisões não são rígidas e não são capazes de abarcar toda a complexidade da organização política de Weimar ao longo dos anos. Entretanto, pensar a partir da segunda divisão – os partidos e discursos republicanos e antirrepublicanos – será importante para pensar sobre o processo de deslegitimação da república e da corrosão da democracia.

Nossa reflexão será centrada em pensar esses discursos antirrepublicanos e antidemocráticos ao longo da república de Weimar. É importante frisar que, para tal, a maior parte das referências utilizadas no artigo são de historiadores americanos e alemães. A produção alemã, norte-americana e inglesa sobre o período e a ascensão do partido Nacional-Socialista é significativa e algumas das principais referenciais bibliográficos dos quais partimos para pensar Weimar são os textos dos historiadores Richard Evans, John Lukacs e Ian Kershaw. Uma obra clássica na temática que não pode deixar de ser mencionada é *A Cultura de Weimar* de Peter Gay. Na obra, o historiador alemão enfatiza, principalmente, a efervescência cultural do período e o lugar dos intelectuais no contexto e sua coexistência com o conturbado cenário político. O autor afirma que “a cultura de Weimar se desenvolveu, até certo ponto, a partir de suas

criatividade e experimentação exuberantes; mas muito dela era ansiedade, medo e uma crescente sensação de condenação.” (GAY, 1978, p. 12)

Outra importante referência é a filósofa Hannah Arendt e suas compreensões acerca do totalitarismo. Para Arendt, o totalitarismo é uma forma de poder absolutamente nova em sua essência e objetivos pois visa “a abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda a espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade” (ARENDR, 2013, 543). O conceito é bastante discutido entre especialistas do tema – inclusive questionado por outros autores que são aporte para esse texto, como Kershaw – mas entendemos que a pretensão totalitária de dominar totalmente o indivíduo é uma pretensão e não a execução de uma dominação total de todos os aspectos da sociedade; é uma incessante tentativa por este. A tirania, o governo autoritário – não o totalitário - não tem o terror como essência. O autoritarismo não pretende controlar a vida privada dos indivíduos: pretende restringir completamente a atuação destes na esfera *pública*. O totalitarismo, pelo contrário, vê a espontaneidade e individualidade humana como um inimigo para o cumprimento da missão que acreditam estar destinados.

Entendemos, portanto, que os anos anteriores ao governo nazista é uma escalada de um *movimento totalitário* para um *governo totalitário*. O totalitarismo nasce, portanto, dentro de um regime democrático como a democracia alemã em Weimar. No entanto, é fundamental não confundir os elementos totalitários com o próprio totalitarismo (ARENDR, 2013, p. 220). O recorte temporal foco deste artigo é um momento onde os elementos totalitários explodem em meio a uma democracia republicana. Um contexto pré-totalitário recheado de elementos totalitários.

Para além disso, faz-se necessário delinear algumas referências nacionais sobre a temática. As obras sobre a História Europeia do século XX e, mais especificamente, a Alemanha nazista não ocupam espaços centrais de produção nas universidades brasileiras. Estudos sobre Weimar ocupam um espaço significativo em pesquisas no campo do Direito, dada a importância da constituição de Weimar, e nas artes plásticas, especialmente no cinema e na pintura. As produções sobre República de Weimar e a ascensão do partido Nacional-Socialista focados na ideologia nazista e a partir da perspectiva da filosofia política (perspectiva deste artigo), no entanto, possuem um espaço restrito na historiografia nacional. Uma referência importante, já citada no texto, é o historiador Luís Edmundo de Souza Moraes. Além do artigo mencionado sobre a crise de Weimar e o nazismo como alternativa, Moraes se especializou em pesquisas sobre o nazismo no Brasil e possui obras acerca do Holocausto, negacionismo histórico e as tensões políticas que permitiram o crescimento nazista na Alemanha. Outras duas importantes obras introdutórias para pensar Weimar são os livros de Angela Mendes de Almeida e de Vinicius Liebel. Em *Os Alemães*, de Vinicius Liebel, temos referências da psicanálise para pensar o imaginário coletivo alemão do período a partir do conceito de paranoia. Segundo ele, o vampiro de Düsseldorf representaria bem os alemães do período: “diz que suas ações não são culpa dele, que são as vozes em sua cabeça” (LIEBEL, 2018, p. 248). É a encarnação do indivíduo ressentido. Para uma introdução geral no tema, a contribuição de Angela Mendes de Almeida na

coletânea Tudo é História com a obra *A República de Weimar e a ascensão do nazismo* nos parece uma importante referência em âmbito nacional por trabalhar, de maneira ampla, a condição econômica, política e cultura de Weimar.

Discussões sobre Weimar e como se deu a escalada do nazismo ao poder ganharam espaço nos últimos anos, em meio a contextos políticos onde a extrema-direita angaria força e apoio popular assim como distopias totalitárias que nos apresentam um futuro estarrecedor. A perspectiva que esse artigo se insere é de uma *história filosófica do político*. Segundo Pierre Rosavallon, a escrita da história é também uma intervenção no presente. Escrever sobre a República de Weimar em um momento onde, no Brasil, temos constantemente o ataque e a deslegitimação de instituições republicanas e democráticas é uma intervenção política e um alerta através do trabalho intelectual.

A República descredibilizada

A República de Weimar não foi questionada ou descredibilizada por sua instabilidade apenas conforme os anos se passaram. Desde o princípio, a legitimidade de sua existência já era colocada em discussão de diferentes formas e com intensidades distintas. O questionamento dizia respeito tanto a *forma de governo República* como aos próprios *valores e organizações republicanas*, tendo o parlamento como maior canalizador dessas críticas. Os ataques a República e sua organização se centram em três principais aspectos: a deslegitimação de Weimar logo nos anos iniciais de sua existência, o processo de deslegitimação da República pelos partidos à direita e à esquerda, ambos perceptíveis desde o início da década de 1920, e o questionamento de valores e instituições republicanas, mais visíveis nos anos finais da década de 1930. Percebe-se, portanto, que o descrédito sofrido pelo regime não é o mesmo ao longo dos anos. Há mudanças significativas ao longo dos três períodos que categorizamos anteriormente e formas de ataques distintos ao sistema republicano.

O primeiro governo de Weimar, logo após a constituição de 1919, foi liderado pelo social-democrata Friedrich Ebert. Grande defensor da democracia parlamentarista, se esforçou na tentativa de estabelecer um governo cooperativo entre os partidos que ocupavam as principais cadeiras do *Reichstag*. No momento de transição do *Reich* bismarckiano para a primeira experiência republicana alemã, sua preocupação central era evitar uma guerra civil e efetuar a transição de maneira tranquila. Isso fez com que, em certa medida, várias concessões fossem feitas por ele aos antigos grupos de poder monarquistas e ultraconservadores. Isso não fez com que a República fosse mais bem aceita ou que sua figura fosse respeitada. Ridicularizar o representante da nova ordem era também ridicularizar o sistema que ele representava e disso a imprensa de extrema direita do período se encarregou. Teve sua intimidade exposta nas páginas dos jornais e sua imagem associada a escândalos de corrupção, algo que colocou a credibilidade da primeira grande liderança de Weimar e a própria credibilidade da república em questão.

Um segundo ponto que nos dá elementos para pensarmos o descrédito de Weimar em seus anos iniciais são as eleições para o cargo de presidente no ano de 1925 após a morte de Ebert. As eleições foram, segundo Richard Evans, “um desastre para a perspectiva democrática da República de Weimar” (EVANS, 2010, p.114). Paul von Hindenburg, antigo Marechal do Império Alemão e figura muito respeitada pelos conservadores, foi eleito o segundo presidente de Weimar. Ganhando com ampla maioria, encarnava a velha ordem militar e imperial, tendo, inclusive, um discurso nostálgico em relação ao *Reich* Alemão que se agravou ao longo do seu mandato. Eleger uma figura que simbolizava a restauração da velha ordem monárquica foi colocar as instituições democráticas nas mãos de uma pessoa que não acreditava nem na democracia, nem na República e nem nas instituições das quais ele, a partir de então, faria parte. Sua eleição trouxe consigo o eco dos alemães insatisfeitos com o desmantelamento do Império Alemão após o fim da Primeira Guerra Mundial. O estabelecimento da República representava, para estes, a lembrança de sua perda e de sua vergonha internacional. A República não estava fadada ao fracasso, mas foi um projeto político derrotado que teve, desde seu princípio, grupos políticos e sociais se mobilizando para sua derrocada.

Uma questão que permeia praticamente todo o cenário político de Weimar são os ataques políticos tanto dos grupos à direita e à esquerda, especialmente no espectro extremista de ambos. Isso se dá desde o início da década de 1920 mas ganha força e coro eleitoral no fim da década. O Partido Comunista (KPD) e os partidos menores de esquerda viam a República de Weimar como a incorporação do seu principal inimigo político: a burguesia. Defendiam que o colapso de Weimar deveria acontecer e que era necessário o trabalho do Partido em prol de sua ruína. Apesar de ter tido um caráter mais moderado no estabelecimento imediato da República em 1919 e nos anos iniciais da República, a hostilidade do partido à república e suas instituições fez com que muitos membros trabalhassem em conjunto com grupos opositores, mas também inimigos da república como forma de derrubá-la.

No outro espectro, temos os grupos à direita que tiveram mais trânsito e *locus* de ação ao longo dos anos 20. A escolha de Paul Von Hindenburg após a morte de Friedrich Ebert foi um dos principais marcos do crescimento dos partidos e discursos de direita. Os principais pontos levantados era a ilegitimidade de Weimar – um discurso que traz consigo a ideia de conformidade com a derrota por um governo fraco – e a restauração do Reich de Bismark. Os atos públicos de defesa da monarquia, como desfiles com bandeiras imperiais no lugar da republicana, a não condenação e, muitas vezes, apoio de assassinatos de políticos republicanos e a grande divulgação dos interesses nacionalistas por parte da propaganda tanto favoreceu os partidos tradicionais de direita como pavimentou o caminho para os partidos de extrema direita como a Partido Nacional-Socialista (NSPAD).

A insatisfação popular com Weimar fica evidente ao analisarmos o crescimento exponencial de votos que esses partidos com discursos antirrepublicanos e de defesa do fim da República de Weimar tiveram ao longo das eleições. Em 1924, o Partido Comunista tinha 62 cadeiras no *Reichstag* aumentando, em 1930, para 77; o crescimento da direita é, no entanto,

ainda mais significativo. Os nacionalistas, por exemplo, obtiveram em 1919 no *Reichstag* 44 cadeiras, em 1920 o número aumentou para 72, em 1924 já eram mais de 100 parlamentares. A votação para o jovem Partido Nacional-Socialista é, no entanto, o mais chocante: em 1928, os nazistas conseguiram apenas 12 cadeiras no legislativo. Dois anos depois, nas eleições de 1930, o partido tinha mais de 100 parlamentares no *Reichstag* (EVANS, 2010, p.125). Uma vitória eleitoral que refletia a ansiedade dos eleitores em um período onde a Grande Depressão, em decorrência da crise de 1929, assolava o país. O crescimento desses grupos evidencia a queda da legitimidade da república como projeto político.

O parlamento era a instituição republicana que poderia dar coesão política do governo. Por 12 anos, essa tentativa foi feita. O parlamento foi, especialmente de 1928 a 1933, foco de ataque e desestabilização por parte tanto do presidente da República quanto dos chanceleres escolhidos por ele. A Crise de 1929 e a chama Grande Depressão foi um baque em Hermann Müller, liderança de um dos gabinetes mais estáveis do governo. A partir de então, os interesses social-democratas, partido fundador da República, e dos partidos burgueses se tornaram inconciliáveis, gerando um longo período de ingovernabilidade. Paul Von Hindenburg, reeleito em 1928, trouxe consigo o peso de um discurso restaurador, mas também a recusa completa do *Reichstag*, tentando exauri-lo de qualquer decisão e governando unicamente por decretos presidenciais. A escolha de Heinrich *Brüning*, uma figura autoritária, antidemocrática e antirrepublicana para o cargo de chanceler é, mais um vezes, um tiro no coração de Weimar. O parlamento se torna dispensável e o governo governa por decretos presidenciais. Para alguns estudiosos, a criação dos Gabinetes Presidenciais (*Presidialkabinette*) em 1930 e a escolha de Brüning como primeiro-ministro marcam em grande medida o fim do período republicano alemão.

“Se vocês votarem nos candidatos do Nacional-Socialismo, acabaremos com este terror após dois a três meses de governo” : a promessa nazista

A ascensão do partido nazista na década de 1920 chama atenção, dentre várias coisas, por sua consolidação meteórica. O partido fundado em 1919 em Munique tem uma história que se confunde e fundiu com a do seu maior propagandista e orador, Adolf Hitler. Até o ano de 1923, momento onde os “revolucionário boêmios” se reuniram naquilo que passou a ser conhecido como o Golpe da Cervejaria, o partido não tinha tanto destaque dentro do espectro político ultranacionalista que ocupava. Dois anos após o acontecimento, em 1925, há uma reorganização do partido que se verticaliza em torno da figura de Hitler, constrói grupos capilares para a disseminação da ideologia e cria uma estrutura de propaganda eficiente. A expansão do partido fica mais vidente ao olharmos os números: entre 1925 e 1928, possuía cerca de 70 mil membros; já em 1930, mais de um milhão de pessoas estavam associadas ou faziam partes de grupos vinculados ao Partido Nacional-Socialista.

É possível dizer que o Partido Nazista incorporou a promessa e a esperança de alemães desesperados em meio à crise. Em *Minha Luta*, livro escrito por Hitler na prisão e publicado em

1926, ele elabora uma narrativa onde as ações promovidas pelo partido e por seus aliados seriam uma reação a suposta decadência moral e destruição iniciada com a derrota da Alemanha na guerra e prolongada pela República de Weimar. Em um discurso proferido por ele na cidade de Waldenburg em meio a campanha eleitoral de 1932 ele afirma que

[p]or catorze longos anos estes partidos violaram a liberdade dos alemães, bateram nos homens [alemães] com porretes. Se vocês votarem nos candidatos do Nacional-Socialismo, acabaremos com este terror após dois a três meses de governo. (HITLER, 1932)

Viam-se dotados de uma missão. Clamavam não só pela criação de um novo partido, mas que, este novo partido, expressasse uma nova concepção de mundo que exigia que todas as outras concepções fossem eliminadas (HITLER, 2005, p. 419).

Era fundamental, para ele, que o partido fosse a expressão concreta, prática, da nova concepção de Estado e de mundo. Para que essa concepção de mundo, no entanto, se convertesse em ação, era necessária adesão. Ao longo da obra, ele menciona por vezes a *psiqué* das massas e a alma do povo. Hannah Arendt afirma que o sucesso dos movimentos totalitários se deve, também, às massas. Ela as define como “pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum” (ARENDR, 2013, P. 439). Um gigantesco lastro de pessoas que dizem ser politicamente neutras são aquelas capazes de “construir a maioria num país de governo democrático” (ARENDR, 2013, p.419). Diferente de manter àqueles habituados ao *establishment*, recrutar indivíduos que não se identificam ou aderem claramente nenhuma visão política tradicional é trazer algo novo para o campo político alemão, tendo a propaganda um aspecto central dessa “conquista de almas”. É a ideia da política como, também, uma crença – como fé ou religião política, como o próprio Hitler menciona no *Minha Luta* – mobilizando afetos e questões que pouco os membros tradicionais de então mobilizavam.

Como, no entanto, mobilizar esse contingente? Perceber uma retórica política pautada nos afetos é fundamental para analisarmos a adesão ao nazismo ainda no período de Weimar. Arendt (2013) afirma haver a emergência de uma amargura egocêntrica na sociedade que permitiu que a frustração individual se convertesse em fenômeno de massa. O ressentimento em relação às perdas na Primeira Guerra Mundial é incorporado a uma narrativa que escolhe um os judeus como a materialização de todo o mal e toda a desgraça que assolou não só a Alemanha como toda Europa nos últimos séculos. O judeu incorpora em si todos os males: a república falha, o marxismo enganador, as perdas da Primeira Guerra e os fracassos econômicos, sociais e políticos da Alemanha. É como se, o judeu, entendido como a antítese do alemão, a existência mais perversa, invertesse a lógica da própria natureza por ocupar espaços onde o alemão deveria estar (HITLER, 2005, p. 289).

O próprio Partido Nacional-Socialista incorporou essa lógica sendo composto “quase exclusivamente de desajustados, fracassados e aventureiros [...] que eram apenas o avessa da sociedade burguesa” (ARENDR, 2013, p. 317). O próprio Hitler exprimiu nos capítulos iniciais de seu livro as frustrações por considerar que seu lugar e o lugar dos alemães foi roubado. Construiu a narrativa de um povo que precisa de uma liderança forte para se desvencilhar dessa suposta conspiração social-democrata liderada por judeus. Essa liderança é uma liderança que precisava ser cultuada e vista como um salvador de valores germânicos e do destino alemão. As convenções do partido na década de 1920 mostram essa verticalização do poder na figura do Führer, de um mito que mereceria toda obediência, como alerta Ian Kershaw. Para os nazistas, antes de construir algo – uma figura, um partido, uma nova Alemanha – era necessário derrubar o que estava estabelecido. Nas palavras de Hitler, só se venceria um terror com outro (HITLER, 2005, p. 336). Um dos terrores que os Nacional-Socialistas prometem dizimar com menos de três meses de governo é a democracia e a república na Alemanha.

Matando a democracia

A aniquilação de instituições e regimes democráticos incomoda cientistas políticos e historiadores até hoje. Questionar como foi possível a cooperação e apoio da população e do *status quo* às lendas e discursos fascistas é uma pergunta extremamente atual tendo em vista a ascensão de partidos de extrema-direita na Europa e na América Latina, especialmente. Perguntamo-nos o como foi possível que eles aceitassem perguntando como é possível que nós aceitemos. Questões como estas não podem ser respondidas por um par causa-consequência ou por uma explicação monocausal. O interesse pela temática nos últimos anos para além das discussões acadêmicas fica em evidência pelo sucesso de uma obra escrita por intelectuais norte-americanos que, pensando em um público geral e não focados em uma escrita universitária, tornou *Como as Democracias Morrem* (2018) um best-seller. A obra nos ajuda a pensar questões para além do âmbito institucional que são importantes nesse processo de derrocada democrática. A questão central da obra é refletir como por via eleitoral, utilizando e instrumentalizando as próprias instituições democráticas, é possível promover o fim da democracia em um Estado.

Trabalhos acadêmicos voltados, também, para o grande público são essenciais no diálogo entre academia e sociedade. A parceria entre os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos professores da Universidade de Harvard, lança olhar para regimes antidemocráticos do século XX pensando categorias de análise para a ascensão do autoritarismo nos Estados Unidos e do enfraquecimento da democracia no país que possibilitou na eleição de Donald Trump em 2016. Em nossa análise, tentaremos aplicar as categorias elaborados pelos autores e as referências feitas ao nazismo como forma de analisar o caráter antidemocrático e antirrepublicano de figuras de extrema-direita e de partidos, especialmente a NSDAP, na Alemanha das décadas de 1920 e 1930.

Compreendemos que a análise proposta por Levitsky e Ziblatt concentra-se na ascensão da extrema-direita no século XXI a partir do estudo de caso da democracia norte-americana com as eleições de Trump. As categorias que os autores desenvolvem para pensar a corrosão democrática, no entanto, são formuladas através da análise deles sobre a experiência histórica do fascismo italiano e da Alemanha Hitlerista, especialmente. No entanto, mesmo desenvolvendo essas categorias sob a ótica desses regimes, o objetivo do livro é instrumentaliza-las para compreender os Estados Unidos da década de 2010. Este artigo, portanto, pretende aprofundar-se nas categorias elencadas pelos autores para analisar a própria experiência da Alemanha e como foi possível a morte da democracia em Weimar e ascensão do totalitarismo na década de 1930.

Segundo Levitsky e Ziblatt, em momentos de crise, os cidadãos se mostram “mais propensos a tolerar – e mesmo a apoiar – medidas autoritárias” (2018, p. 109). Discursos que colocavam a situação política da Alemanha na década de 1920 como uma possível morte da nação foram capazes de mobilizar a população em torno de uma figura claramente autoritária. Segundo Richard Evans, “os eleitores não estavam em busca de nada muito concreto do Partido Nazista em 1930. Em vez disso, estavam protestando contra o fracasso da República de Weimar.” (EVANS, 2010, p. 294). As crises são justificativas perfeitas para que os autoritários coloquem em vigência determinadas ações. Uma figura que se sente ameaçada por seus adversários vê num momento de grande crise, nacional ou internacional, a “oportunidade para começar a dismantelar o inconveniente e às vezes ameaçador sistema de freios e contrapesos que vem com a política democrática.” (EVANS, 2010, p. 112). Ao longo das campanhas eleitorais de 1930 e 1932, os nazistas cruzaram toda a Alemanha discursando sobre a crise econômica, segurança nacional e uma necessidade de expurgo dos adversários como forma de resolução. Com a nomeação de Hitler para o cargo de chanceler em 1933 isso fica ainda mais evidente: o incêndio do *Reichstag*, em fevereiro do mesmo ano, foi utilizado como justificativa para os decretos de emergência que limitariam liberdades civis e para a Lei de Concessão de Plenos Poderes que destruiu toda a oposição na Alemanha até julho de 1933.

No entanto, a elite política não foi pega de surpresa pela figura de Adolf Hitler e por seu discurso autoritário. O surgimento de demagogos e figuras autoritárias não é algo específico da Europa dos anos 1930. Ao longo do século XX, é possível observar a emergência de discursos fascistas e ditatoriais na Europa, na América Latina, na África, nos Estados Unidos. A democracia não é testada no surgimento dessas figuras, necessariamente, mas sim, em primeiro lugar, se o *establishment* será capaz de trabalhar impedindo o acúmulo de poder por parte dessas personalidades. Caso essas figuras tenham força diante da cena pública e cheguem a ser eleitas, a segunda questão para Levitsky e Ziblatt é se esta figura será capaz de subverter as instituições democráticas em seu favor ou se será impedido por partidos políticos e cidadãos organizados capazes de defender a democracia. Em Weimar, ambos fracassaram.

A elite política alemã do período não foi capaz de travar o crescimento nazista na sociedade e nem nos próprios partidos. A ascensão dos nazistas se deu em grande medida

porque o establishment subestimou a força da NSDAP e entregou o poder a eles. Em setembro de 1930, acontecia a eleição para o cargo de Presidente da República. Von Hindenburg foi reeleito, mas Hitler havia conseguido mais votos do que nunca. Essa demonstração de adesão popular e poder político fez com que muitos partidos de direita e forças do conservadorismo antirrepublicano se aglutinassem em torno de sua figura como forma de defender seus próprios interesses. As eleições de julho de 1932 para o *Reichstag* foram ainda mais importantes para que a NSDAP se tornasse uma aposta da direita alemã para uma coalizão. A partir de então, começavam fortes pressões em Von Hindenburg para a nomeação de Hitler como o chanceler alemão. Após nomear três chanceleres entre 1930 e 1933 – Heinrich Brüning, Franz Von Papen e Kurt von Schleicher – as forças políticas decidiram “entregar condescendentemente as chaves do poder a um autocrata em construção” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 294) e os partidos políticos pressionaram o Presidente na escolha de Hitler. Após a sua nomeação, em menos de seis meses, toda a oposição política e a estrutura vigente em Weimar já havia sido colocada abaixo.

A legitimação de demagogos por parte do *establishment* é um ponto fundamental para a morte das democracias. Para que demagogos não ascendam e consolidem seu poder é necessário, segundo Levitsky e Ziblatt, que os partidos exerçam o papel de *guardiões da democracia*. Para que isso seja possível é necessário, em primeiro lugar, identificar se a figura em questão é antidemocrática. Como já mencionado, Hitler, o partido nazista e sua ideologia não eram surpresa. Houve a legitimação de uma figura visivelmente antidemocrática. Ele encabeçou a tentativa de golpe de 1923 e em diversos discursos e vários trechos do *Mein Kampf* vociferava contra o parlamentarismo, a pluralidade de partidos e a democracia na Alemanha.

Após a identificação de uma figura antidemocrática, facilmente possível ao se tratar de Hitler, os partidos teriam o papel de ser *guardiões da democracia*. Deveriam resistir à tentação de nomear extremistas, evitar qualquer aliança com partidos ou candidatos antidemocráticos e isolar extremistas ao invés de legitimá-los. A escolha de Hitler para o cargo de chanceler e a aglutinação de partidos ao seu redor são provas de que a comunidade política do período não foi capaz de afastar sua figura e pôr a democracia e o país à frente, descumprindo os passos mencionados por Levitsky e Ziblatt para assegurar a democracia no país. Em primeiro lugar, a escolha de Franz Von Papen para chanceler antes de Hitler já evidenciava o total descompromisso dos partidos e do próprio Von Hindenburg com a democracia e a república: com um conservadorismo utópico, Von Papen desejava voltar a uma sociedade hierárquica de séculos antes da República de Weimar. Em segundo lugar, o principal baluarte democrático de Weimar – os social-democratas – já haviam perdido legitimidade no governo a tempo. O partido fundador da República que defendia e incorporava em si a defesa do parlamentarismo e da democracia alemã esteve apenas em 8 dos 20 gabinetes ao longo dos 12 anos de governo. Em julho de 1932, não houve qualquer resistência ou ação séria por parte dos social-democratas para tentar bloquear a ação nazista. Essa falta de atuação foi fundamental para que os nazistas encontrassem praticamente nenhum tipo de resistência às suas investidas. Por fim, atos como comícios conjuntos dos conservadores alemães com o Partido Nacional-Socialistas no começo

dos anos 1930 eram ações de encorajamento e de aproveitamento do sucesso do partido diante da população alemã. A atuação para enfraquecer Hitler foi mínima, para não dizer inexistente, por parte da elite política.

Para além da falta de atuação dos partidos, é importante pontuar o enfraquecimento e deslegitimação do *Reichstag* como mortal para a democracia alemã. O desmonte do parlamento democrático-liberal em meados dos anos de 1929 foi se consolidando quando promoveram o isolamento completo dos social-democratas no governo e abriram caminho para uma alternativa autoritária tendo, inclusive, os três ministros antecessores a Hitler, Brüning, Von Schleicher e Von Papen, trabalhando em prol do desmonte do sistema parlamentar. A violência que se instaurou na sociedade nos meses iniciais da década de 1930 é vigente, também, no parlamento, com sessões conturbadas que demonstravam “total desprezo pela legislatura em todos os momentos importantes” (EVANS, 2010, P. 304). Perdendo espaço como um *locus* de poder, o *Reichstag* era cada vez mais esvaziado ao longo do tempo. Em fevereiro de 1931, as sessões foram suspensas por cerca de seis meses. Entre julho de 1932 e fevereiro de 1933, aconteceram apenas três sessões, algo que demonstra sua perda de importância no cenário político (EVANS, 2010, p. 305). Além disso, a forma de escolha do chanceler passou a retirar do *Reichstag* poder de ação em relação a chancelaria. Nos anos finais da república de Weimar, Von Hindenburg, preocupado com os interesses da sua classe política e querendo captar apoio político em meio a uma intensa crise e sucessão de quedas de primeiros ministros, abriu espaço para Adolf Hitler.

A negação da República e dos valores republicanos em Weimar

A Alemanha do período weimariano, desde seu estabelecimento, não tem uma cultura democrática nem republicana. Os próprios representantes não tinham, em sua maioria, qualquer interesse em proteger as novas instituições e os valores que estas representavam. A sociedade, envolta na crise, também não se colocava como guardiã e não se mobilizou em prol da República. Essa falta de cultura republicana fica evidente, também, pelas heranças, inclusive partidárias, que defendiam ao mesmo tempo a desestabilização do novo governo e restauração – ou instauração – de um novo Reich.

Retomamos a discussão proposta inicialmente: há, por parte do *establishment* político e da sociedade, uma negação tanta da instituição República quanto de ideais republicanos. O termo República, no que diz respeito às formas de Estado, é uma contraposição à monarquia. A tipologia das formas de governo por Montesquieu traz a tríade Monarquia, República e o despotismo. A própria compreensão dessa forma de organização política passa por modificações especialmente com o advento das grandes revoluções do século XVIII: a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Tendo diferenças fundamentais – como a ideia de soberania e pluralidade compreendida por cada uma dessas – ambos espaços trazem a noção de República em coexistência com uma Constituição (MATTEUCCI, 1998, p. 1109). Para além da compreensão de Montesquieu e a discussão política centrada na forma de governo, a república

tem origens longínquas. A *res pública* tem seu significado na compreensão da “coisa pública, de todo o povo, a esfera dos interesses comuns, do bem comum” (CARDOSO, 2000, p. 32), numa concepção de natureza política da comunidade. O ideal republicano envolve, portanto, a ideia de sacrifício: proclamar “a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular” (RIBEIRO, 2000, p. 18). É em busca de um ponto de consenso, de um bem comum, algo que a comunidade partilhe entre si para além de seus interesses privados.

Era necessário que Weimar fosse uma *democracia republicana* que nunca foi. A democracia, por si, sozinha, pode levar a tirania da maioria como Tocqueville nos alerta em *Democracia na América*. É necessário haver um encontro entre as temáticas democráticas e republicanas para que tanto a democracia funcione de maneira justa como para que a república funcione de maneira igualitária. Concordamos com Renato Janine Ribeiro quando ele afirma que a república “deve ser o meio para ele expandir suas possibilidades, retomando não apenas o Estado, porém as relações sociais e mesmo micro-sociais. A novidade estará do lado da democracia – que tem, claro, de ser republicana.” (RIBEIRO, 2000, p. 24). Determinar o caráter de um governo é algo que pode partir através de várias perspectivas. Questionar para quem se governa ao invés de *quem* governa é um caminho para perceber o caráter republicano – ou não – de um governo. Cada vez mais, em Weimar, os partidos e as autoridades escolhidas governavam para grupos em específico, colocando interesses partidários e ideológicos a frente do bem comum, demonstrando, cada vez mais, um caráter antirrepublicano.

Para que a vivência republicana se concretize é necessário haver o *princípio republicano*. Por que um indivíduo sairia da esfera de seus assuntos particulares para entrar em uma discussão ou defesa de algo público? É necessário que este seja visto como um bem que diz respeito a sociedade. É preciso que o indivíduo perceba a importância da comunidade política e a sua inserção nesta. Mas isso acompanha tolerar o diferente. Compreender que o meu interesse privado pode não conciliar com o de alguém e que pode ser necessário ponderar até que o ponto em comum, de necessidade social, seja encontrado. Se observamos as ações dos partidos em meio a Grande Depressão vemos que nem os partidos conservadores, nem o partido social-democrata e, muito menos, o presidente Von Hindenburg estavam preocupados em colocar o bem comum a frente de seus interesses. Momentos de crise são tentadores para que ao surgir uma figura carismática, os políticos do *establishment* tentem cooptá-lo. Eles não resistiram e colocaram o apelo eleitoral do partido nazista no início dos anos 1930 como forma de garantir seus próprios interesses. O bem comum não estava no horizonte de defesa dessas figuras.

O ideal republicano pressupõe a diferença. O diferente, no entanto, passou a ser visto como inimigo na Alemanha até antes do estabelecimento dos nazistas no poder. Levitsky e Ziblatt afirmam em *Como as Democracias Morrem* que a polarização extrema é algo capaz de matar as democracias. Quando esta já está instaurada, a república morreu a muito tempo. A ascensão de um demagogo, ou de partidos com discursos autoritários, “tende a polarizar a sociedade, criando uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua. As palavras ameaçadoras do novo

líder têm um efeito bumerangue.” (2018, p. 90). A polarização só entra em queda quando os rivais não se veem mais como inimigos, mas sim como adversários políticos.

Esse aspecto é o que os autores chamam de tolerância mútua, uma das regras não escritas fundamentais para qualquer regime democrático e um valor claramente republicano. A república prevê a pluralidade de ideias. A tolerância mútua é “a disposição dos políticos de concordarem em discordar” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 119). Se o direito do outro de pensar diferente é colocado em xeque, a própria existência deste pode ser colocada em xeque no meio político. Desde a posse de Brüning como chanceler em 1931, mais de 100 edições de jornais já estavam sendo proibidas em julho de 1931 no país; em 1932, jornais comunistas eram constantemente censurados. Von Papen deu continuidade e demonstrou um caráter ainda mais autoritário em suas medidas: censurou a imprensa radical e também os jornais democráticos (EVANS, 2010, p. 312). Sua política foi importante no desmantelamento das liberdades democráticas e civis que seriam levadas ao extremo pelos nazistas posteriormente.

O aumento da violência também é um aspecto que evidencia a intolerância mútua. A violência encontrava vazão nos embates paramilitares constantes entre rivais no fim da década de 1920. No período das eleições, a violência pode ser percebida em números: mais de 105 mortos nos meses eleitorais de junho e julho de 1932 na Prússia. Essa violência que ecoava na sociedade achava fundamento nos discursos e ações vinculadas pelas autoridades ou candidatos.

Essa violência se traduz, também, na adesão da população por discursos violentos perceptíveis na ascensão dos partidos de extrema-esquerda e, especialmente, de extrema-direita. Além de ser uma resposta a insatisfação política, social e econômica, era uma demonstração de que a sociedade se encaminhava para os polos ao invés de uma discussão de busca de soluções em comum. A aposta na promessa nazista foi uma aposta na intolerância. Uma aposta naqueles que diziam abertamente que destruiriam seus oponentes, que desprezavam as regras democráticas do jogo e que acabariam com tudo que Weimar construiu – ou ao menos tentou construir. A negação do ideal e dos valores republicanos, no entanto, estava presente na raiz do pensamento nazista: o *Minha Luta* traz o horror do futuro *Führer* aos valores democráticos e republicanos.

Ao longo da obra – onde ele mistura relatos pessoais com suas perspectivas de nação, raça e povo – há várias menções ao parlamento, a República de Weimar, a democracia alemã. Há, também, uma negação do regime republicano por este incorporar os valores da política ocidental completamente rejeitado por ele. Sua perspectiva de Estado, descrita especialmente na segunda parte da obra, é a da necessidade de destruir e remover toda a concepção de Estado existente para, a partir daí, construir uma nova concepção de mundo e de nação. Sua defesa de uma *doutrina universal intolerante* é a defesa de não aceitar a tradição política do ocidente. Segundo John Lukacs, Hitler inaugura um novo tipo de tirania e traz a compreensão do conceito de revolucionário para outra esfera, “um revolucionário populista em uma era democrática” (LUKACS, 1998, p. 88). Sua negação dos valores políticos tradicionais e de qualquer valor

republicano como o bem comum, amizade política e pluralidade de ideias está, também, na sua repulsa ao parlamento alemão. Afirma que se “encolerizava com o fato de [...] qualquer imbecil não só reivindicava para si o direito de crítica, mas, no Parlamento, tinha até a permissão de decretar leis para a Pátria [...]” (HITLER, 2005, P. 53). A concepção do *Reichstag* era de encarnar a diferença, a pluralidade de partidos, aspectos que Adolf Hitler e a cúpula nazista abominavam completamente.

Considerações finais

A deslegitimação social e política de Weimar e do projeto republicano não necessariamente levaria aos nazistas. Isso é um ponto fundamental: o nazismo foi escolhido. O autoritarismo foi visto como uma alternativa pelo *establishment* político e pela sociedade. O crescimento nazista nas eleições evidencia o desespero de uma população em crise assim como a falta de uma cultura democrática e republicana nesta. As elites políticas se submeteram a uma “barganha com o diabo” por achar possível a domesticação de um demagogo. Colocaram seus interesses e o anseio de saírem vitoriosos diante da população a frente de qualquer ideal. Muitos, como Von Pape, acreditavam que Hitler estava exatamente onde queriam, mas essa expectativa durou pouco. Rapidamente Hitler colocou em ação o que antes se convertia apenas em discurso.

A tomada de poder e a concretização dos valores antidemocráticos e antirrepublicanos não aconteceram no imediato. Foram gestados ao longo de Weimar, especialmente pelas elites políticas presentes e tendo coro eleitoral para isso. A queda da democracia e a negação da república não é uma absoluta certeza. Dá sinais. O nazismo é um exemplo extremo da destruição de valores democráticos e republicanos. É a demonstração de que, em um momento de crise e pânico, foi privilegiado aquilo que se apresentou como uma solução imediata, mesmo tendo (e porquê tinha) um caráter autoritário. Isso nos alerta. É possível. É possível que uma estrutura política que não tem uma cultura republicana se submeta aos *outsiders* da política em prol de seus próprios interesses. É possível que uma sociedade não republicana não saia de seus assuntos privados e vá para a esfera pública defender os interesses públicos.

As instituições não se defenderão sozinhas. É necessário que a sociedade se mobilize em prol das instituições, mas é necessário que, em primeiro lugar, acreditem nessas. Acreditem em sua legitimidade e na necessidade de sua existência. Saber que o extremo foi possível a partir de uma república democrática é perceber que isso pode, hoje, se repetir. Olhar para a ascensão de discursos fascistas e o lugar de figuras de extrema-direita no Brasil, na Bolívia, nos Estados Unidos, na Hungria é perceber que *está sendo* possível. Saber o que foi e o que não foi possível e onde as instituições e as organizações políticas, partidárias ou não, falharam, pode ser um mote de ação de resistência para o hoje. Nem nas distopias e nem na história, o totalitarismo surgiu de uma hora para outra. Em nenhuma situação ele foi inevitável.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930. Rio de Janeiro, Editora CPDOC, 2015.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Editora Companhia das Letras, 2013.
- CAPELATO, M. O nazismo e a produção de guerra. Revista USP, n. 26, 30 de maio de 1995, p. 82-93.
- CARDOSO, Sérgio. Que República? BIGNOTTO, Newton. Pensar a república. Editora UFMG, 2000, p. 27-48.
- DISCURSO de Adolf Hitler no desfile de partidários nazistas durante um comício de campanha eleitoral em Waldenburg, Alemanha. Enciclopédia do Holocausto, s/d. Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/film/hitler-campaign-speech>>. Acesso em 18 de junho de 2019.
- EVANS, Richard. Os fracassos de Weimar. In A Chegada do Terceiro Reich. Trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta, 2010.
- GAY, Peter. A Cultura de Weimar. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1978.
- HITLER, Adolf. Minha Luta. Joinville: Clube de Autores, 2005.
- KERSHAW, Ian. Hitler, the Germans, and the Final Solution. Londres: Yale University Press, 2008.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018
- LIEBEL, Vinicius. Os alemães. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- LUKACS, John; JUNGSMANN, RUY. O Hitler da história. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- MATTEUCCI, Nicola. República. BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política, vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1107-1109.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. República de Weimar, suas crises e o nazismo como alternativa. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 18, p. 111-133, nov/dez. 2018.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República: A questão do desejo nas lutas sociais. BIGNOTTO, Newton. Pensar a república. Editora UFMG, 2000, p.18, p. 13-25.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do Político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimento e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. 2ª ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.